

Cuida-se da solicitação da Coordenadoria de Saúde para inscrição de 1 servidora, Fernanda Mota Ramos, no curso Formação para Instrutores de Mindfulness (MBHP), que terá carga horária de 170 horas, duração de 14 meses, no período de 23/02/2024 a 05/04 /2025, a ser promovido pelo Centro Brasileiro de Mindfulness e Promoção da Saúde Mente Aberta, e que acontecerá na modalidade híbrida (*on line* e 1 encontro presencial em São Roque/SP), com valor total de R\$ 17.180,00, dividido em 14 prestações, sendo a primeira de R\$ 1.775,00, onde estará embutido o valor de R\$ 590,00 referente à matrícula, ficando as demais no valor de R\$1.185,00.

O processo encontra-se instruído com os seguintes documentos:

1 – Documento de Formalização da Demanda, Doc. 01;

2 – Termo de Referência, Doc. 15, com a justificativa da contratação, demonstrando a notória especialização, indicando como fundamentação legal a inexigibilidade de licitação, disposta no art.74, III, “f “da Lei de 14.133/21;

2 – Proposta da empresa, Doc. 09;

3 – Justificativa do preço, conforme razões expostas no Termo de Referência (contrato de adesão): *“Considerando a inadequação de escolher o curso conforme menor preço para atender a demanda da Administração, e sim conforme a matéria de especialização da empresa supracitada, torna-se inócua a comparação do preço cobrado pelo Centro Brasileiro de Mindfulness e Promoção da Saúde – Mente Aberta aos demais eventuais concorrentes.”*

4 - Documentação que comprova a regularidade fiscal e trabalhista; Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; Portal da Transparência e Certidão Negativa de Vínculo com o órgão, Docs. 23, 29 e 32;

5 - Autorização do Ordenador de despesa para continuidade da contratação, Doc. 25;

6 - Disponibilidade Orçamentária, Doc. 27;

7 - Sugestão de enquadramento realizado pela Coordenadoria de Licitações e Contratos com base no art.74, III, “f “da Lei de 14.133/21, Doc. 24.

Importante pontuar, que a referência a “Curso”, neste caso, engloba todos os eventos (curso, seminário, congresso, fórum etc) que exigem a Adesão do participante às regras impostas pela empresa fornecedora do evento (contratada), como metodologia, assuntos, horários e localidade.

Em conformidade com a instrução processual e com o Parecer Referencial nº 2 /2023 da Secretaria de Assessoramento Jurídico, a Escola Judicial ratifica o enquadramento da despesa no art.74, III, “f “da Lei de 14.133/21, sugerido pela unidade demandante.

Dito isto, convém observar o posicionamento da Secretaria de Assessoramento Jurídico deste Tribunal, exarado no PARECER JURÍDICO REFERENCIAL nº 2/2023, Doc.3 do PROAD 8601/2023, com recomendações para a uniformização da instrução dos processos destinados a inscrição em cursos abertos ao público, organizadas em tópicos, abaixo transcritos :

DA CARACTERIZAÇÃO DA HIPÓTESES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PREVISTA NO ART. 74, III, “F” DA LEI 14.133/2021

a) INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO - não basta simplesmente descrever no processo o objeto como “capacitação e treinamento” ou “inscrição de pessoal em cursos abertos”, sendo necessário demonstrar que se trata de serviço técnico especializado listado no art. 6º da Lei 14.133/2021, voltado ao treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal e executado por profissional ou empresa de notória especialização.

b) SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO - o serviço a ser contratado enquadra-se como serviço especializado porquanto preenche a definição imposta pela Lei 14.133 /2021 no inciso XVIII do art. 6º: serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual;

c) DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO - o Termo de Referência precisa apontar em tópicos específicos as informações relativas à notória especialização, acompanhado dos documentos pertinentes e correspondentes (currículos

d) O SERVIÇO NÃO PODE SER DE PUBLICIDADE OU DE DIVULGAÇÃO;

e) O SERVIÇO DEVE SER VOLTADO AO TREINAMENTO OU APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL.

DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

a) DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – documento inicial do processo onde deverá ser retratada a necessidade do setor demandante;

b) TERMO DE REFERÊNCIA - conceituado pelo art.6º, XXIII, da Lei 14.133/2021 como sendo o documento necessário para a contratação de serviços, no formato padrão simplificado aprovado pelo Grupo de Trabalho deste TRT5 e que se encontra disponibilizado para a Escola Judicial, unidade que cuida dessas contratações;

c) ESTIMATIVA DA DESPESA – lastreada por meio da proposta da empresa ou do profissional;

d) PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – conforme informação da unidade competente;

e) COMPROVAÇÃO DE QUE O CONTRATADO PREENCHE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA - entendemos que podem ser dispensadas as exigências referentes à qualificação econômico-financeira e as certidões de regularidade fiscal estadual e municipal quando o valor do curso se limitar a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral. Esse valor deve ser aferido ano a ano posto que ocorrerão atualizações periódicas no limite para dispensa de licitação

f) DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO – a imposição de justificar o preço com outros praticados pelo fornecedor para comparação, torna-se tarefa inócua. Caso o órgão não possa arcar com o custo no momento ou entenda que o preço não é razoável, indeferir-se-á o pedido de inscrição, ou seja, indeferir-se-á a adesão às condições impostas. Isto porque, o fato de ser contratação direta não isenta o órgão de ponderar e desconsiderar preços “excessivos ou inexequíveis. Contudo, permanece a obrigação de constar expressamente no Termo de Referência um tópico discriminando o preço da contratação, a característica de ser o mesmo para todos os interessados, eis que aberto ao público, e, ainda, eventuais negociações, descontos ou benefícios obtidos pelo órgão e que, com isso, demonstrem vantajosidade em relação aos demais inscritos. Toda e qualquer fundamentação que respalde possível averiguação de razoabilidade reforçará a lisura da contratação.

Da leitura dos autos, vê-se o atendimento dos itens relacionados no citado parecer, necessários à aplicação do art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21.

Em 21/02/2024

Jemima Sarmiento

Coordenadoria Executiva

Diretoria-Geral

Cuida-se da solicitação da Coordenadoria de Saúde para inscrição de 1 servidora, Fernanda Mota Ramos, no curso Formação para Instrutores de Mindfulness (MBHP), que terá carga horária de 170 horas, duração de 14 meses, no período de 23/02/2024 a 05/04 /2025, a ser promovido pelo Centro Brasileiro de Mindfulness e Promoção da Saúde Mente Aberta, e que acontecerá na modalidade híbrida (*on line* e 1 encontro presencial em São Roque/SP), com valor total de R\$ 17.180,00, por meio de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, III, “f” da Lei de 14.133/21.

Considerando o PARECER JURÍDICO REFERENCIAL nº 2/2023 da Secretaria de Assessoramento Jurídico, constante no Doc. 3 do PROAD 8601/2023 e o cumprimento de suas recomendações, declaro inexigível a licitação de acordo com o art.74, III, "f" da Lei de 14.133/21:

EMPRESA	Valor Total
MINDFULNESS BRASIL ASSESSORIA E TREINAMENTO LTDA - CNPJ 26.501.938/0001-89	R\$ 17.180,00

Dê-se ciência ao gestor do contrato para a indicação dos fiscais, conforme Ato TRT5 N 210/2014.

À SOF para emissão da Nota de Empenho.

Ato contínuo, à CLC para:

- Registro no PNCP da declaração da inexigibilidade, bem como da Nota de Empenho.
- Formalização do contrato, atentando para a recomendação da SAJ, Doc. 20, quanto ao modelo de minuta de Contrato a ser adotada;
- Elaborar a minuta da Portaria de Fiscalização, com posterior publicação no DEJT.

Após, à Escola Judicial para as providências pertinentes à realização da capacitação.

Em 21/02/2024

Karina Muniz Machado

Diretora-Geral em exercício